



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

LEI Nº 0800/2022

18.11.2022

Define Débitos ou Obrigações
Consideradas de Pequeno Valor,
Oriundos de Sentenças Judiciais
Transitadas em Julgado.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, aprovou, e eu **PREFEITA MUNICIPAL** sancionei, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica definido como de “Pequeno Valor”, para os fins previstos no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, alterado pelos §§3º e 4º do art. 1º da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, os débitos ou obrigações da Administração Direta e Indireta do Município de Manfrinópolis, oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, que tenham valor igual ou inferior a 225 (duzentos e vinte e cinco) Unidades Fiscais do Município (UFMs).

Parágrafo único: Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no art. 1º, o pagamento será efetuado por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia do crédito do valor excedente para que possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório, na forma prevista no §3º do art. 100 da Constituição Federal, alterado pelos §§3º e 4º do art. 1º da Emenda Constitucional nº 62/2009.

Art. 2º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor, será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação de ordem judicial à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, instruída com certidão ou documento demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 3º Os débitos e as obrigações tratados nesta Lei, individualizados por ação judicial, deverão atender ao limite estabelecido na data em que for apresentado o requerimento para pagamento perante a Fazenda Municipal.

Parágrafo único: Será utilizado, como base de cálculo para o estabelecimento do limite disposto nesta Lei, o valor da UFM vigente na data da protocolização das respectivas requisições de pagamento, no Órgão Público Municipal competente.

Art. 4º Fica vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente do Município de Manfrinópolis.

Art. 6º Revoga a lei 0568/2015 respeitando os atos praticados sob a égide de sua eficácia, a presente Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2022.

Ilene de Fátima Pegoraro Oliveira

ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA
Prefeita Municipal

ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**LEI Nº 0800/2022 - 18.11.2022**

Define Débitos ou Obrigações Consideradas de Pequeno Valor, Oriundos de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS, Estado do Paraná, aprovou, e eu PREFEITA MUNICIPAL sancionei, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica definido como de "Pequeno Valor", para os fins previstos no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, alterado pelos §§3º e 4º do art. 1º da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, os débitos ou obrigações da Administração Direta e Indireta do Município de Manfrinópolis, oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, que tenham valor igual ou inferior a 225 (duzentos e vinte e cinco) Unidades Fiscais do Município (UFMs).

Parágrafo único: Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no art. 1º, o pagamento será efetuado por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia do crédito do valor excedente para que possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório, na forma prevista no §3º do art. 100 da Constituição Federal, alterado pelos §§3º e 4º do art. 1º da Emenda Constitucional nº 62/2009.

Art. 2º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor, será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação de ordem judicial à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, instruída com certidão ou documento demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 3º Os débitos e as obrigações tratados nesta Lei, individualizados por ação judicial, deverão atender ao limite estabelecido na data em que for apresentado o requerimento para pagamento perante a Fazenda Municipal. Parágrafo único: Será utilizado, como base de cálculo para o estabelecimento do limite disposto nesta Lei, o valor da UFM vigente na data da protocolização das respectivas requisições de pagamento, no Órgão Público Municipal competente.

Art. 4º Fica vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente do Município de Manfrinópolis.

Art. 6º Revoga a lei 0568/2015 respeitando os atos praticados sob a égide de sua eficácia, a presente Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2022.

ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal

ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA DE DIREITO REAL DE USO Nº 06/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2022

O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 95.589.289/0001-32, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. JAIME DA SILVA STANG inscrito no CPF nº. 718.246.349-00 e portador do RG nº. 1.958.087-3 torna público a realização de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, OBJETIVANDO A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DOS SEGUINTES IMÓVEIS:

I - Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 19 (dezenove), com área de 740,00 m² (setecentos e quarenta metros quadrados); E;

II - Parte ideal do Lote nº. 36-B-3 (trinta e seis - B-3) da Gleba nº 24-FB (vinte e quatro - FB), com área total de 9.291,00 m² (nove mil, duzentos e noventa e um metros quadrados), com área a ser concedida de 3.209,00 m² (três mil, duzentos e nove metros quadrados).

A presente concessão de uso de bem público será feita a título gratuito, visando à geração de emprego e renda para o município nas condições fixadas neste Edital seus anexos e Lei Municipal nº. 1.115 de 08 de novembro de 2022 conforme expressamente indica o artigo 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967. Data de recebimento dos envelopes: Dia 21 de dezembro de 2022 às 09h00min.

O edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados para verificação na Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, sito a Avenida Iguaçu, 750, centro, na cidade de Nova Esperança do Sudoeste Estado do Paraná, pelo Fone: (46) 3546-1144, no horário das 07h30min às 17h30min e das 13h30min às 17h30min e no site oficial do Município www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br. Dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados por escrito para o e-mail licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.

Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, em 17 de novembro de 2022.

JAIME DA SILVA STANG DIRCEU BONIN
Prefeito Municipal Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ESTADO DO PARANÁ - MUNICÍPIO DE PRANCHITA
AVISO DE RERRATIFICAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES

O MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR, TORNA PÚBLICA a rerratificação referente às exigências quanto ao prazo de entrega dos medicamentos, sendo que onde se lê: prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, leia-se: no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis. Outrossim, altera-se a data prevista para abertura e julgamento das propostas e início da sessão de disputa para as 08:30h do dia 30 de novembro de 2022. Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro, pelo Telefone: (46) 3540-1122 - ou email: licitacao@pranchita.pr.gov.br, e no seguinte endereço: Av. Simão Faquelinho, 364, Centro, Pranchita/PR, das 08h às 16h.

Pranchita/PR, 17 de novembro de 2022. ELOIR NELSON LANGE - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTINHO

DECRETO Nº. 4851/2022, de 16 de Novembro de 2022.

Estabelece o expediente das Secretarias da Administração Municipal nos dias dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2022, e das Outras Providências

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 59, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal: DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o horário de expediente das Secretarias Municipais nos dias de realização dos jogos da primeira fase da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2022, sendo dias 24/11/2022; 28/11/2022 e 02/12/2022. Art. 2º. Nos dias a que se refere o artigo 1º deste Decreto o horário de atendimento será das 07:30 às 12:00 horas. Art. 3º. Fica excluído do horário fixado no artigo 2º deste decreto, a Secretaria Municipal de Saúde que terá expediente das 07:00 às 12:00 horas.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 16 de Novembro de 2022. EDIMAR NORONHA DE FREITAS - Prefeito Municipal
LUIZ FERNANDO PACASSA - Secretária de Administração e Fazenda
Registrado e publicado em data supra. Elisângela Sganzerla - Agente de Administração

ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2021 - CONTRATO: Nº 254/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRAÇÃO/PR.

CONTRATADA: AIRTON DIRLEI SCHARADER EIRELI. VALOR: Fica aditivo do contrato o valor do presente termo aditivo R\$ 4.075,00 (quatro mil com setenta e cinco reais). VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses vigorando até 26 de novembro de 2023.

ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRANCHITA

AVISO DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO - MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 37/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA EM VEÍCULOS LINHA LEVE E PESADA PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO DE PRANCHITA, por intermédio de seu Pregoeiro designado pela Portaria nº 10/2022, torna público o RESULTADO E ADJUDICAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, nos termos da Lei nº 10.520/02 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93, a seguinte empresa:

DURANTE SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA

Lo	Item	Produto/Serviço	Marca	Mod	Unidade	Quantid	Preço	Preço total
te				elo		ade		
1	1	Prestação de serviços de funilaria, pintura, polimento, troca de peças Prestação de serviços de funilaria, pintura, polimento, troca de peças, inclusive tinta e fundo preparador, lixamento, mão de obra e acessórios pertinentes ao serviço, em veículos linha leve e pesada pertencentes à frota do município de Pranchita.	DURANTE SERVIÇOS		SERV	400,00	180,00	72.000,00
TOTAL								72.000,00

Pranchita, 16 de novembro de 2022. ANTONIO JOEL PADILHA - Pregoeiro

ESTADO DO PARANÁ - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DA FRONTEIRA

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2022.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DA FRONTEIRA - CNPJ: 01.071.994/0001-08

CONTRATADO: TR CLINICA DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL LTDA - CNPJ: 26.234.397/0001-70

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO PARA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DA FRONTEIRA. ORIGEM: Processo dispensa nº 02/2022. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 10.420,00 (Dez Mil, Quatrocentos e Vinte Reais).

Os recursos para custear esta despesa são decorrentes da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	60	01.001.10.302.0009.2001	1	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Pranchita, 18 de novembro de 2022.

ELERSON HENRIQUE PASCHOAL LANGE - Diretor Superintendente

ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRANCHITA

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 193/2022.

CONTRATANTE: Município de Pranchita - CNPJ Nº 78.113.834/0001-09

CONTRATADO: COMUNICACAO KOLLENBERG LTDA. CNPJ Nº 05.430.495/0002-93

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (PESSOA JURÍDICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL IMPRESSO DE CIRCULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL, SEM LIMITE DE ESPAÇO, PARA O MUNICÍPIO DE PRANCHITA.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 36/2022. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 131.760,00 (Cento e Trinta e Um Mil, Setecentos e Sessenta Reais).

Os recursos para custear esta despesa são decorrentes da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	250	03.001.04.122.0004.2008	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Pranchita, 18 de novembro de 2022.

ELOIR NELSON LANGE - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTINHO

DECRETO Nº. 4850/2022, de 14 de Novembro de 2022.

"Institui e Nomeia o Comitê Municipal de Proteção de Dados - para estabelecer as diretrizes e procedimentos de conformidade à Lei Federal nº 13.709 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais."

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes confere o artigo 59, VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto de 2018; DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o COMITÊ MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - CMPDP objetivando a implantação da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no âmbito Municipal, ao qual compete deliberar, dentre outras, sobre as orientações e as diretrizes referente à proteção de dados pessoais a Proteção de dados: I - Integridade da informação: Garantia de que a informação seja mantida em seu estado original, visando protegê-la, na guarda ou transmissão, contra alterações indevidas, intencionais ou acidentais; II - Confidencialidade da informação: Garantia de que o acesso à informação seja obtido somente por pessoas autorizadas; III - Disponibilidade da informação: Garantia de que os usuários autorizados obtenham acesso à informação e aos ativos correspondentes sempre que necessário; IV - Autenticidade: Garantia de que a propriedade da informação é verdadeira e fidedigna tanto na origem quanto no destino; V - Privacidade: Garantia de que as informações pessoais e da vida íntima sejam mantidas em sigilo (art. 5º, incisos X e XII, da Constituição Federal); VI - Proteção de dados: Garantia de que as informações pessoais sejam utilizadas em conjunto com o estabelecimento de uma série de medidas de segurança para evitar danos de qualquer espécie (LGPD).

Art. 2º. O COMITÊ MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - CMPDP será responsável por:

I - Realizar o mapeamento das informações pessoais geridas e tratadas pelo Município de Saltinho; II - Avaliar os mecanismos de tratamento e proteção dos dados existentes e propor políticas, estratégias e metas para a conformidade do Município de Saltinho; com as disposições da LGPD; III - Supervisionar a execução dos planos, dos projetos e das ações aprovadas para viabilizar a implantação das diretrizes previstas na LGPD; IV - Fiscalizar e dar suporte ao encarregado de dados do Município de Saltinho, para o cumprimento das suas atividades previstas na LGPD, bem como notificá-lo sobre qualquer tipo de não conformidade com a referida Lei; V - Promover o intercâmbio de informações sobre a proteção de dados pessoais com outros órgãos. VI - Orientar e auxiliar o Encarregado nas suas atribuições.

Art. 3º. O COMITÊ MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - CMPDP será composto pelos seguintes servidores: I - Luiz Fernando Pacassa, Secretário Municipal de Administração e Fazenda; II - Edimar da Silva Ribeiro, Secretário Municipal de Assistência Social; III - Gilsomar Teixeira, Secretário Municipal de Educação; IV - Helio Carlos Oldiges, Secretário Municipal de Saúde; V - José Kuhn, Secretário Municipal da Cidade e Desenvolvimento Local; VI - Cristiano Antônio de Campos, Procurador Geral do Município; VII - Nereu Jorge Fachin, Controlador Interno do Município; VIII - Lazaro Jose Carneiro de Sousa, Representante do Setor de Tecnologia da Informação; IX - Elisabete Carmem Guadagnin, Representante do Setor de Recursos Humanos;

§ 1º O CMPDP será coordenado pela Servidora Pública Municipal Maikely Fernanda Pagno;

Art. 4º. O Secretário Municipal de Administração e Fazenda, ouvido o CMPD, poderá definir normas complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 5º. Os membros do Comitê ficam dispensados de suas atividades normais no período em que forem necessárias reuniões, estudos, e demais atos relacionados a implantação da legislação, o que ocorrerá de forma gradativa, não fazendo jus seus membros a qualquer gratificação.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto nº 4788/2022, de 07/07/2022.

Saltinho - SC, 14 de novembro de 2022. EDIMAR NORONHA DE FREITAS - Prefeito Municipal

LUIZ FERNANDO PACASSA - Secretário de Administração e Fazenda
Registrado e publicado em data supra. Elisângela Sganzerla - Agente de Administração

Suplente: ZELAIR AMES DE CAMARGO

IV – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DAS ESCOLAS

Titular: GENECI TRANCOSO DE BRITTO

Suplente: LORENI IGNACIO DE OLIVEIRA RODRIGUES

V – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DO CMEI MUNDO ENCANTADO

Titular: KELIN ALTHAUS

Suplente: VILMA APARECIDA PADILHA

VI – REPRESENTANTE DA PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

Titular: LEONIR PAGNONCELI BATISTA

Art. 2º A Comissão será presidida pela Secretária Municipal de Educação, Sra. MARIZA RECALCATTI.

Art. 3º Caberá à Comissão efetuar a avaliação de mérito e desempenho de candidatos à função de direção de unidade escolar, sempre que convocada especialmente para esta atribuição.

Art. 4º Caberá à Comissão analisar e julgar eventual pedido de reconsideração.

Parágrafo único. Do resultado caberá pedido justificado de reconsideração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas à própria Comissão e, mantido o resultado, caberá recurso à Procuradoria Jurídica, no prazo de 5 (cinco) dias após a decisão da Comissão.

Art. 5º A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Sra. Mariza Recalcatti encaminhará por ofício ao Chefe do Poder Executivo o resultado da avaliação do candidato.

Art. 6º Todas as condições de participação, cronograma com estipulação de datas em todas as fases, serão previstas, através de Edital a ser editado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Manfrinópolis, em 16 de novembro de 2022.

MARIZA RECALCATTI

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:

Susana Francisconi

Código Identificador:5CBF80A2

EXECUTIVO MUNICIPAL

LEI Nº 0800/2022 - 18.11.2022

Define Débitos ou Obrigações Consideradas de Pequeno Valor, Oriundos de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, aprovou, e eu **PREFEITA MUNICIPAL** sancionei, a seguinte Lei:

Art.1º Fica definido como de "Pequeno Valor", para os fins previstos no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, alterado pelos §§3º e 4º do art.1º da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, os débitos ou obrigações da Administração Direta e Indireta do Município de Manfrinópolis, oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, que tenham valor igual ou inferior a 225 (duzentos e vinte e cinco) Unidades Fiscais do Município (UFMs).

Parágrafo único: Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no art. 1º, o pagamento será efetuado por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia do crédito do valor excedente para que possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório, na forma prevista no §3º do art. 100 da Constituição Federal, alterado pelos §§3º e 4º do art.1º da Emenda Constitucional nº 62/2009.

Art. 2º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor, será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação de ordem judicial à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, instruída com certidão ou documento demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 3º Os débitos e as obrigações tratados nesta Lei, individualizados por ação judicial, deverão atender ao limite estabelecido na data em que for apresentado o requerimento para pagamento perante a Fazenda Municipal.

Parágrafo único: Será utilizado, como base de cálculo para o estabelecimento do limite disposto nesta Lei, o valor da UFM vigente na data da protocolização das respectivas requisições de pagamento, no Órgão Público Municipal competente.

Art. 4º Fica vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente do Município de Manfrinópolis.

Art. 6º Revoga a lei 0568/2015 respeitando os atos praticados sob a égide de sua eficácia, a presente Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2022.

ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA

Prefeita Municipal

Publicado por:

Susana Francisconi

Código Identificador:2C49BA21

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 3663/2022 - 16.11.2022

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores e conforme Processo nº 210/2022 – SRH de 09 de novembro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias proporcionais de 10 (dez) dias a Servidora Pública Municipal **Sra. MARCIA CORDEIRO**, cadastrada na matrícula nº 1012073, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021 de 16 de agosto de 2021, homologado pelo Edital nº 007/2021 de 20 de setembro de 2021, ocupante do cargo de provimento temporário de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES – CIDADE, 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 0730/2021 de 20 de julho de 2021, sendo 10 (dez) dias a serem usufruídos no período de **16 de novembro de 2022 até 25 de novembro de 2022** e 20 (vinte) dias a serem usufruídos futuramente, referente ao Período Aquisitivo de **18.10.2021 até 17.10.2022**.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na presente data.

Gabinete da Prefeita Municipal de Manfrinópolis, em 16 de novembro de 2022.

ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA

Prefeita Municipal

Publicado por:

Susana Francisconi

Código Identificador:C30F9483

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 065/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL DESTINADO AO CMEI JOSÉ HENRIQUE PALMA DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.